



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	19515.003476/2003-81
<b>Recurso nº</b>	507.904 Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>1803-01.300 – 3ª Turma Especial</b>
<b>Sessão de</b>	8 de maio de 2012
<b>Matéria</b>	IRPJ E CSLL - AUTO DE INFRAÇÃO
<b>Recorrente</b>	BANDEIRANTES PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA.
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

Exercício: 1999

ESCRITURAÇÃO. DOCUMENTAÇÃO HÁBIL. PROVA.

A escrituração mantida com observância das disposições legais faz prova a favor do contribuinte dos fatos nela registrados e comprovados por documentos hábeis, segundo sua natureza, ou assim definidos em preceitos legais.

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Exercício: 1999

CSLL. DECORRÊNCIA.

Ressalvados os casos especiais, igual sorte colhem os lançamentos que tenham sido formalizados por mera decorrência, na medida que inexistem fatos ou argumentos novos a ensejar conclusões diversas.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado. Ausente o Conselheiro Victor Humberto da Silva Maizman.

*(assinado digitalmente)*

Selene Ferreira de Moraes - Presidente

*(assinado digitalmente)*

Sérgio Rodrigues Mendes - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Selene Ferreira de Moraes, Meigan Sack Rodrigues, Walter Adolfo Maresch, Sérgio Rodrigues Mendes e Sérgio Luiz Bezerra Presta.

## Relatório

Por bem retratar os acontecimentos do presente processo, adoto o Relatório do acórdão recorrido (fls. 1.137 a 1.139):

Em ação fiscal direta, a empresa acima qualificada foi autuada e notificada, em 22/09/2003, a recolher ou impugnar os créditos tributários no valor de R\$ 587.861,10, a título de Imposto de Renda sobre a Pessoa Jurídica (IRPJ) e R\$ 208.152,67 de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), incluídos nesses totais multas e juros de mora calculados até 29/08/2003. O enquadramento legal para o Auto de Infração do IRPJ abrange os arts. 195, inciso I, 197 e parágrafo único, 242 e 243 do RIR/94; para a CSLL, o art. 2º e parágrafos da Lei nº 7.689/88, art. 19 da Lei nº 9.249/95, art. 1º da Lei nº 9.316/96 e art. 28 da Lei nº 9.430/96.

2. Conforme descrição no Termo de Verificação Fiscal (fls. 913/916), a fiscalização verificou, em levantamento documental, relativamente ao período encerrado em 31 de dezembro de 1998, a não comprovação, com documentação hábil e idônea (notas fiscais, faturas, contratos por escrito), das despesas lançadas na Conta 813.009.000.010 – Material de Escritório, no montante de R\$ 997.281,93. A Fiscalização entendeu que a documentação apresentada pela interessada não foi suficiente para se comprovar a tradição jurídica na utilização dos materiais de escritório.

3. A impugnante não logrou êxito em demonstrar a transferência física (nome do transportador, responsável pelo recebimento do material e emprego em sua atividade produtiva) dos materiais. A remessa ou transferência dos materiais de escritório, dessa forma, constitui-se de lançamentos abstratos, sem qualquer prova de sua existência. Não apresentou a contribuinte, as notas fiscais de aquisição dos referidos materiais de escritório, nem se demonstrou quaisquer critérios de rateios (contábil/administrativo) dos valores lançados a débito. Em sendo assim, o quantitativo lançado como materiais de escritório não poderia ser considerado como despesas operacionais, por descumprimento dos arts. 195, I, 197 e § único, 242 e 243 do RIR/94.

4. Cientificada do feito em 22/09/2003 (fls. 919 e 924), apresenta, em 22/10/2003, impugnação, de fls. 929/935 e 1.031/1.039, para todos os efeitos, arguindo, em síntese, o seguinte:

Os lançamentos das operações de movimentação dos materiais na contabilidade e a emissão da fatura de materiais requisitados são fatos, por si sós, suficientes para a lisura do procedimento;

À época da fiscalização, as empresas fornecedora e consumidora ocupavam o mesmo prédio e, assim, não se exigia meio de transporte que não o braçal;

Por se tratar, a remessa de materiais de escritório, de uma operação entre o Banco Bandeirantes e suas coligadas/controladas, as transferências se deram informalmente;

As despesas glosadas pela fiscalização são absolutamente normais e razoáveis, correspondendo a apenas 4,10% do faturamento;

Caberia à fiscalização exigir as notas fiscais originais do Banco Bandeirantes para a comprovação das operações;

Inexistiu rateio de despesas, uma vez que os valores gastos com suprimentos de informática são devidamente alocados a cada usuário;

A tributação reflexa é manifestamente ilegal, tendo em vista que não há necessidade de a contribuinte comprovar a pertinência das despesas por ela incorridas, mas tão somente a sua efetivação;

O princípio da necessidade da despesa está, em verdade, adstrito ao campo da apuração do IR, e não da CSLL. Inaplicável, por conseguinte, a tributação reflexa no presente caso.

Requer a improcedência do presente Auto de Infração e pedido de diligência, caso necessário.

## 2.

A decisão da instância *a quo* foi assim ementada (fls. 1.135):

*Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ*

*Ano-calendário: 1998*

**CUSTOS OU DESPESAS NÃO COMPROVADOS.**

*A glosa de custos/despesas não comprovada só é elidida pela apresentação de prova documental.*

**PERÍCIA OU DILIGÊNCIA.**

*Indefere-se o pedido de perícia ou diligência quando a sua realização revele-se prescindível para a formação de convicção pela autoridade julgadora.*

**ILEGALIDADE.**

*A autoridade administrativa, por força de sua vinculação ao texto da norma legal, e ao entendimento que a ele dá o Poder Executivo, deve limitar-se a aplicá-la, sem emitir qualquer juízo de valor acerca da sua legalidade, constitucionalidade ou outros aspectos de sua validade.*

**TRIBUTAÇÃO REFLEXA. CSLL.**

*Aplica-se aos lançamentos decorrentes ou reflexos o decidido sobre o lançamento que lhes deu origem, por ter suporte fático comum.*

*Lançamento Procedente.*

3. Cientificada da referida decisão em 06/01/2009 (fls. 1.172), a tempo, em 04/02/2009, apresenta a interessada Recurso de fls. 1.173 a 1.186, instruído com os documentos de fls. 1.187 a 1.189, nele reiterando os argumentos anteriormente expostos e aduzindo mais os seguintes:

- a) que a alegação central contida no acórdão recorrido para julgar pela procedência do lançamento fiscal em tela esteia-se, basicamente, na

suposta ausência de apresentação de prova documental para comprovar a remessa dos materiais de escritório comprados pelo Banco Bandeirantes S.A. para a Recorrente;

- b) que tal entendimento, contudo, não merece prosperar;
- c) que, conforme restou pormenorizadamente demonstrado na peça impugnatória, a movimentação dos referidos insumos era feita por meio de documento interno da empresa denominado “Fatura de Materiais Requisitados”, na qual eram discriminados os dados da empresa solicitante, a quantidade, custo e código do material movimentado, a data de emissão e o número do documento;
- d) que, paralelamente, lançava, em sua contabilidade, as despesas incorridas com tais insumos, em valor equivalente ao custo médio indicado pelo Banco Bandeirantes S.A. no documento interno;
- e) que tais fatos, por si só, são mais do que suficientes para demonstrar a lisura do procedimento adotado, rigidamente controlado por meio da documentação interna acima mencionada;
- f) que o acórdão recorrido desconsiderou a alegação da Recorrente de que, na época da fiscalização, as empresas fornecedora e consumidora ocupavam o mesmo prédio e, assim, não se exigia meio de transporte;
- g) que bastava à fiscalização despender do menor esforço possível para verificar que, de fato, as empresas em questão avizinhavam-se, o que dispensava a utilização de transportador para a alocação dos referidos materiais, bem como, e principalmente, a emissão de qualquer outro tipo de documento que comprovasse as remessas de materiais para cada uma das empresas pertencentes ao Grupo Bandeirantes;
- h) que referida centralização é plenamente justificável sob o aspecto econômico/financeiro, uma vez que, quanto maior o volume de compras, maior a capacidade de negociar melhores preços junto aos respectivos fornecedores;
- i) que, em resumo, a centralização de compras no Banco Bandeirantes S.A. era interessante não apenas a ele, controlador, mas também à Recorrente e às demais empresas que compunham o conglomerado Bandeirantes;
- j) que o Banco Bandeirantes S.A., que, como se disse, centralizava as compras de materiais de escritório destinadas a si mesmo e às demais empresas do Grupo Bandeirantes, não é contribuinte do ICMS, por não promover o comércio de mercadorias e, também por essa razão, não poderia emitir notas fiscais para o fim de ver resarcidas as despesas com material de escritório compartilhadas com outras empresas do conglomerado;
- k) que a despesa incorrida com os suprimentos indispensáveis à prática das operações da Recorrente — que pode até parecer exagerada se examinada

isoladamente — mostra-se absolutamente razoável, se comparada ao total de receitas geradas em sua atividade social;

- l) que se pressupõe que uma empresa de processamento de dados, por sua própria atividade, tenha um significativo consumo razoável de material de escritório, constituído por fitas e discos magnéticos, cartuchos de impressão, papel de impressão, peças de reposição para máquinas e equipamentos, e tantos outros itens;
- m) que, se dúvidas existiam quanto à efetiva aquisição de materiais pelo Banco Bandeirantes S.A., caberia então exigir desta empresa as notas fiscais originais, e não requisitar cópias desses documentos diretamente à Recorrente, colocando-a na condição de intermediária entre seu controlador e a fiscalização;
- n) que inexistiu, no caso dos autos, qualquer “rateio” a ser considerado, e sim despesa efetiva, incorrida por ocasião do consumo dos insumos requisitados à controladora, e definitivamente realizada e lançada em seus assentamentos contábeis, o que não é negado em momento algum pela fiscalização;
- o) que não há que se falar em rateio, pela simples razão de que as despesas com suprimentos de informática são efetivamente alocadas a cada usuário com base no custo médio do material efetivamente consumido, refletido na respectiva requisição, sendo desnecessária a estipulação de qualquer critério ou metodologia para esse fim, tal como pretende fazer crer o acórdão recorrido;
- p) que, caso a autoridade julgadora tivesse qualquer dúvida a respeito da veracidade dos argumentos apresentados pela Recorrente em sua defesa, sobretudo em relação à contabilidade do sistema operacional adotado, deveria ter determinado a conversão do julgamento em diligência, para o esclarecimento da matéria de fato prejudicial ao exame do mérito da lide, qual seja, a análise do sistema operacional de compra e consumo de materiais de escritório entre o Banco Bandeirantes S.A. e a Recorrente, e a existência de um almoxarifado centralizado por parte daquele, do qual partiam as remessas de materiais para as suas empresas coligadas e controladas, e a metodologia adotada para a apuração do custo médio;
- q) que, no caso em tela, persistindo a dúvida desta Câmara a respeito dos procedimentos de organização adotados pela Recorrente, relacionados com as despesas de materiais de escritório, torna-se imperiosa a conversão do julgamento em diligência, para saneamento das dúvidas que porventura remanesçam para o deslinde da controvérsia;
- r) que, no campo da CSLL, diferentemente do que ocorre com o IRPJ, não há necessidade de o contribuinte comprovar a pertinência das despesas por ele incorridas, mas tão-somente a sua efetivação;

- CÓPIA
- s) que, como já restou demonstrado, não há margem a dúvidas de que os insumos adquiridos pela Recorrente estão “intrinsecamente relacionados com a produção ou comercialização dos bens e serviços”;
  - t) que, na apuração da base de cálculo da CSLL, toda e qualquer despesa que seja efetivamente comprovada e não encontre expressa ressalva em lei poderá ser deduzida; e
  - u) que o princípio da necessidade da despesa está, em verdade, adstrito ao campo da apuração do imposto de renda, não sendo aplicável para fins de apuração da CSLL.

Em mesa para julgamento.

**Voto**

Conselheiro Sérgio Rodrigues Mendes, Relator

Atendidos os pressupostos formais e materiais, tomo conhecimento do Recurso.

4. Conforme descrito no Termo de Verificação Fiscal (fls. 913 a 916), constatou a fiscalização, relativamente ao ano-calendário encerrado em 31 de dezembro de 1998, a não comprovação, com documentação hábil e idônea (notas fiscais, faturas, contratos por escrito), das despesas lançadas na Conta 813.009.000.010 – Material de Escritório, no montante de R\$ 997.281,93. Entendeu a Fiscalização que a documentação apresentada pela interessada não foi suficiente para se comprovar a tradição jurídica na utilização dos materiais de escritório.

5. Afirma a Recorrente, por sua vez, que os lançamentos das operações de movimentação dos materiais na contabilidade e a emissão da “Fatura de Materiais Requisitados” são fatos, por si só, suficientes para comprovar a lisura do procedimento e que, por se tratar, a remessa de materiais de escritório, de uma operação entre o Banco Bandeirantes S.A. e suas coligadas/controladas, as transferências se deram informalmente.

6. Dispõe o art. 923 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/1999 (Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999) (grifou-se):

*Art. 923. A escrituração mantida com observância das disposições legais faz prova a favor do contribuinte dos fatos nela registrados e comprovados por documentos hábeis, segundo sua natureza, ou assim definidos em preceitos legais (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 9º, § 1º).*

7. Inexistindo documentos hábeis, não há como se acatar as despesas pleiteadas. Nesse ponto, concorda-se integralmente com a decisão recorrida (fls. 1.141) (grifou-se):

*17. A documentação apresentada pela impugnante, em sua peça impugnatória, restringe-se apenas aos extratos do balancete mensal de fls. 76/198, razão analítico de fl. 204 e faturas de materiais requisitados de fls. 205/249, 252/499, 502/749 e 752/912, não se constituindo de documentos suficientes para elidir a exigência fiscal. No presente caso, seria necessária, em primeiro lugar, a comprovação da remessa, através da anexação aos autos das notas fiscais emitidas pela empresa fornecedora, bem como as faturas que a originaram, hipótese esta que não ocorreu no presente processo. Ademais, não foi apresentada qualquer documentação comprobatória do pagamento das remessas de material de escritório, mediante a apresentação dos cheques de pagamentos ou boletos bancários ou qualquer outro comprovante de pagamento dos referidos materiais.*

*18. Analisando-se as cópias das “faturas de materiais requisitados”, apresentadas pela contribuinte, constata-se que*

*são apenas documentação de uso interno da empresa, não se prestando para fins probatórios, uma vez não se constituírem de documentos fiscais. Não há, na documentação apresentada, informações a respeito da origem das operações de remessa, ou seja, contratos que respaldem as operações.*

8. Ora, requisições internas apenas podem vir a comprovar, quando muito, que foi solicitado ao Almoxarifado da controladora o envio das quantias de material de expediente nela assinaladas. Não demonstram tenha a Recorrente arcado, ela mesma, com as despesas correspondentes a esse material.

9. Reitere-se: não ficou demonstrado, em nenhum momento, tenha sido o Banco Bandeirantes S.A. compensado pela Recorrente pelas compras de material de expediente por ele efetuadas e a esta repassadas.

10. Não consta dos presentes autos nenhum instrumento contratual que preveja a centralização das compras de material de expediente pelo Banco Bandeirantes S.A., para posterior repasse à Recorrente, prevendo, ainda, critérios de rateio ou alocação e formas de reembolso ou ressarcimento.

11. Evidentemente, mesmo que essas empresas façam parte de um conglomerado econômico, o rateio de despesas/custos deve ser comprovado por meio de instrumento contratual que demonstre o critério de rateio ou alocação, e de documentação que comprove a efetividade e o pagamento dessas despesas/custos. Não estando estes comprovados nos autos, **procede** a glosa efetuada.

12. É bem de se ver, quanto aos acórdãos mencionados pela Recorrente por ocasião da ação fiscal, de fls. 200, aludem esses expressamente à **existência de critério de rateio não contraditado pela fiscalização** (Acórdão nº 103-17.289, de 1996) e à **existência de ressarcimento à controladora da parcela da despesa rateada** (Acórdão nº 108-06.604, de 2001), circunstâncias estas inteiramente ausentes no presente caso.

13. Com relação à afirmação de que as despesas glosadas pela fiscalização são absolutamente normais e razoáveis, correspondendo a apenas 4,10% do faturamento, não se discute a normalidade ou razoabilidade das pretensas despesas, mas a inexistência de comprovação documental destas.

14. A indispensabilidade ou a razoabilidade dessas despesas pela Recorrente não a exime de comprovar tenha ela, de algum modo, suportado esses gastos, e não apenas a sua controladora, que foi quem, confessadamente, centralizou as compras de material de expediente.

15. Quanto à insurgência da Recorrente contra a exigência de CSLL, ao argumento de que o princípio da necessidade da despesa estaria adstrito ao campo da apuração do IR, e não da CSLL, sendo inaplicável, por conseguinte, a tributação reflexa no presente caso, repita-se que não se está discutindo a necessidade das supostas despesas, mas a sua própria existência.

16. Dessa forma, caso as despesas incorridas não sejam comprovadas com documentação hábil e idônea, não há que se falar em normalidade, necessidade e razoabilidade dos valores discutidos, as quais não podem operar no vazio.

17. Concluindo, somente a prova material tem a virtude de invalidar auto de infração baseado em matéria de fato. Meras alegações em torno de matéria de fato não ilidem a ação fiscal.

**Pedido de diligência**

18. Estando presentes nos autos todos os elementos de convicção necessários à adequada solução da lide, **indefiro**, por prescindível, o pedido da interessada, nos termos do art. 18 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 – Processo Administrativo Fiscal (PAF), com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.748, de 9 de dezembro de 1993.

**Conclusão**

Em face do exposto, e considerando tudo o mais que dos autos consta, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

É como voto.

*(assinado digitalmente)*

Sérgio Rodrigues Mendes